

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO
COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA
CEPA-CE

ESTUDOS PARA A ADAPTAÇÃO DO PROJETO DE IRRIGAÇÃO
DO AÇUDE SANTO ANTÔNIO DE RUSSASE VIABILIDADE
TÉCNICO-ECONÔMICA DAS ÁREAS COMPLEMENTARES

ESTUDOS BÁSICOS

ESTUDO DE MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

SIRAC

FORTALEZA- CE
SETEMBRO 1985

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO
COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA
CEPA - CE

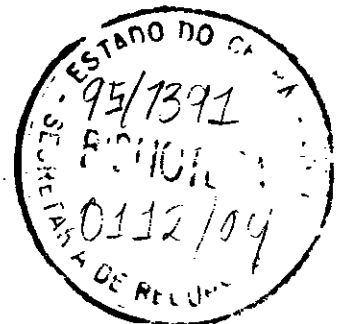
**ESTUDOS PARA A ADAPTAÇÃO DO PROJETO
DE IRRIGAÇÃO DO AÇUDE SANTO ANTONIO
DE RUSSAS E VIABILIDADE TÉCNICO
ECONÔMICA DAS ÁREAS COMPLEMENTARES**

**ESTUDOS BÁSICOS
ESTUDO DE MERCADO
E COMERCIALIZAÇÃO**

Lote 01236 - Prep (X) Sc-m: () Index ()
Projeto N° 0412/04
Volume _____
Qtd A4 _____ Qtd A3 _____
Qtd A2 _____ Qtd A1 _____
Qtd A0 _____ Outros _____

SETEMBRO / 1985





SUMÁRIO

000003



S U M Á R I O

	<u>PÁGINAS</u>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	4
2. DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	6
3. DEMOGRAFIA	8
4. SITUAÇÃO ATUAL DA PRODUÇÃO	11
5. MERCADOS ATUAIS	15
5.1. Algodão	15
5.2. Milho	17
5.3. Feijão	22
5.4. Tomate	24
5.5. Banana	28
5.6. Caprinocultura	28
6. BALANÇO OFERTA/DEMANDA	32
7. PROCESSOS DE COMERCIALIZAÇÃO	39
7.1. Tipologia dos intermediários	42
7.2. Algodão	43
7.3. Milho e feijão	43
7.4. Banana	44
7.5. Carne caprina	44
8. MARGENS DE COMERCIALIZAÇÃO E NÍVEIS DE PREÇOS	47
9. AGENTES DE COMERCIALIZAÇÃO	54
10. CONCLUSÕES	58

000004



1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

000005



1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A comercialização da produção agropecuária assume relevante papel no conjunto das atividades do setor primário, vez que determina, em última instância, a remuneração do produtor pelos fatores de produção empregados para obtenção do produto final.

Dentro desta ótica, e levando-se em conta o público-meta para o qual o trabalho é orientado - pequenos produtores - é possível, rapidamente, perceber as deficiências estruturais vigentes no meio rural nordestino, especialmente cearense, notadamente no que se refere ao baixo poder de barganha dos agricultores, associado às dificuldades de armazenamento, acondicionamento, seleção, transporte, crédito, etc. Acrescente-se, ainda, a extrema insuficiência de recursos do pequeno produtor e a interdependência com os grandes proprietários e/ou comerciantes, forçando a comercialização dos produtos na época menos favorável, logo após a colheita, ou mesmo antes, ainda "na folha".

Diante deste quadro, afigura-se imperativo aos planejadores uma preocupação constante com o aspecto da comercialização dos produtos agropecuários, no intuito de minimizar as distorções vigentes no sistema, reduzindo, dessa forma, os prejuízos do pequeno produtor e, conseqüentemente, a pobreza rural.



2 - DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

000007'



2 - DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente trabalho se insere no Projeto Santo Antonio de Russas, compondo as diversas fases do estudo, tais como Diagnóstico, Pesquisa agro-sócio-econômica, Estudos Agronômicos, Planejamento Agrícola, etc, com a finalidade de aproveitamento agrícola de baixo custo de cerca de 300 hectares às margens do Rio Palhano à jusante do Açude, até o município de Palhano. Os diversos volumes do trabalho deverão ser consultados para uma perfeita compreensão do seu conteúdo como um todo.

Para esta parte do trabalho, mercado e comercialização, a área de influência do Projeto, em função do seu tamanho, localização e relações comerciais com municípios limítrofes foi definida como sendo o próprio município de Russas, Palhano e Jaguaruana, além de Fortaleza, que viabiliza qualquer tentativa de produção face ao elevado potencial absorvedor que representa. O município de Morada Nova deixou de ser considerado em virtude da intervenção do DNOCS na área, através de um projeto de irrigação em funcionamento e cujo relacionamento comercial, em sua grande maioria, se realiza diretamente com a capital do Estado, Fortaleza.

Por outro lado, a combinação dos recursos e das limitações edafo-climáticas, associadas às perspectivas de mercado e ao mesmo tempo capazes de gerar uma renda compatível com a escala de produção, convergiram para o detalhamento das culturas de milho, feijão macassar, algodão herbáceo, tomate e banana, além da exploração da caprinocultura e de uma exploração leiteira em escala reduzida, esta última visando, quase exclusivamente, o mercado local.

Feitas essas considerações preliminares, procura-se abordar os aspectos mais relevantes inerentes à comercialização desses produtos com relação à área sob exame, tais como, a situação atual da produção, os mercados atuais, o balanço oferta/demanda, os processos de comercialização, os níveis de preços, as margens de comercialização, os serviços de apoio à comercialização (agentes), por exemplo classificação, armazenamento, acondicionamento e pesagem, transporte, abastecimento de insumos, associativismo e crédito.

É conveniente ressaltar que os dados disponíveis não permitem elaborar um estudo com bastante profundidade. De fato, lamentavelmente, no Ceará não se conta com estudos detalhados sobre estruturas e mecanismos de comercialização reportando-se a níveis municipais. As referências, existentes sobre o assunto se baseiam, em geral, em observações in loco, em pesquisas específicas ou em estudos mais generalizados, a nível de UEP 1/ e do próprio Estado. Contudo, na medida do possível, procurou-se, nos aspectos ligados à comercialização, abordar os mais relevantes, orientados para o objetivo do trabalho.

1/ UEP = Unidade Espacial de Planejamento.



3 - DEMOGRAFIA

000009



3 - DEMOGRAFIA

O quadro 1, seguinte, retrata a população residente à época dos censos de 1970 e 1980, bem como a densidade demográfica relativa da área de interesse do estudo.

Observa-se que houve um incremento populacional da ordem de 21,1% no período, equivalente a uma taxa geométrica de 2% ao ano.

Em 1970, 41% da população total do Estado residia no meio urbano; em 1980 essa participação ascendeu para 53%, evidenciando o fluxo migratório que vem ocorrendo no Ceará e no Nordeste como um todo, através do êxodo rural. Mesmo sem se dispor de dados oficiais, é possível prever que essa tendência foi mais acentuada recentemente, face ao período crítico que abalou o Estado, durante os cinco anos consecutivos (1979-83) de seca.

QUADRO 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE NA ÁREA DO ESTUDO

MUNICÍPIO	ÁREA (km ²)	POPULAÇÃO 1970 (hab.)			POPULAÇÃO 1980 (hab.)			DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab/km ²) (1980)
		Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	
Russes	1.500	11.413	22.940	34.353	18.561	19.987	38.548	25,70
Palhano	469	933	4.228	5.161	2.007	5.097	7.104	15,15
Jaguaruana	966	6.189	16.298	22.487	8.255	16.654	24.909	25,79
Fortaleza	336	828.763	30.372	859.135	1.308.919	-	1.308.919	3.895,59
Estado	146.817	1.781.292	2.585.678	4.366.970	2.814.235	2.480.641	5.294.876	36,06

FONTE: FIBGE - Sinopse Preliminar dos Censos Demográficos de 1970 e 1980.

600011





4 - SITUAÇÃO ATUAL DA PRODUÇÃO

000012



4. - SITUAÇÃO ATUAL DA PRODUÇÃO

O quadro 2 retrata a área, a produção e a produtividade das culturas em exame nos anos de 1975 e 1980, segundo os Censos Agropecuários do Estado.

Como o ano de 1980 foi considerado um ano de pluviometria irregular, a produção agrícola global não pode ser considerada representativa, dada a natural queda de produção observada. Tomando-se como base as quantidades produzidas em 1975, verifica-se, abaixo, a participação da área em relação ao Estado como um todo.

<u>Cultura</u>	<u>% em relação ao Estado</u>
Milho	4,5
Feijão	2,4
Algodão	9,0
Banana	0,9
Tomate	0,1

Para a formação do valor bruto da produção estadual, a média do período 1977-82 da participação relativa dos produtos sob análise foi da seguinte ordem 1/:

<u>Produto</u>	<u>Participação do VBP em relação ao total do Estado (%)</u>
Milho	3,4
Feijão	6,7
Algodão Herbáceo	1,6
Banana	4,0
Tomate	0,9

No rol dos principais produtos agropecuários figura o algodão arbóreo que, embora a participação relativa venha decrescendo de 1977 a 1982, a média do período alcançou a significativa participação de 12,5% do total da produção estadual. Este fato decorre da maior resistência desta cultura frente às adversidades climáticas em contraposição ao menor desempenho produtivo do mesmo.

No que se refere à produção caprina, segundo o censo de 1970, transcreve-se, a seguir, os números observados naquele ano para os municípios considerados:

1/ Segundo o Projeto Nordeste - Anexo Diagnóstico do Tomo Comercialização e Abastecimento.



QUADRO 2
 ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DAS CULTURAS

MUNICÍPIO	MILHO			FEIJÃO			ALGODÃO HERBÁCEO			BANANA			TOMATE		
	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (kg/ha)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (ml/cacho)	PRODUTIVIDADE (cacha/ha)	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	PRODUTIVIDADE (t/ha)
Em 1975															
Russas	3494	1936	554	1749	504	288	1084	337	311	76	86	1132	-	8	-
Palhano	622	223	350	250	82	328	15	4	267	2	1	500	-	-	-
Jaguaruana	4859	2744	565	2036	806	396	6022	2058	342	17	23	1353	-	12	-
SOMA	8975	4903	546	4035	1392	345	7121	2399	337	95	110	1158	-	20	-
Em 1980															
Russas	1437	388	270	2154	402	187	631	125	198	47	54	1149	-	1	-
Palhano	174	33	190	654	93	142	16	2	125	-	-	-	-	-	-
Jaguaruana	1164	451	387	1319	480	364	2875	669	233	57	59	1035	4	24	6
SOMA	2775	872	314	4127	975	236	3522	796	226	104	113	1087	4	25	6
ESTADO	352283	108649	308	303038	58947	195	104582	26608	255	15375	12270	798	1375	23282	16932

FONTE: FIBCE - Censo Agropecuário do Ceará - 1975 e 1980.

1) Para a cultura da banana a produção é expressa em 1000 cachos e a produtividade em cachos/ha.

060014



<u>Municípios</u>	<u>Efetivos</u> <u>(cab)</u>	<u>Produção de leite</u> <u>(em litro)</u>	<u>Cabras</u> <u>ordenhadas</u> <u>(cab)</u>
Russas	13.763	19.000	304
Palhano	4.251	1.000	28
Jaguaruana	12.070	13.000	266
SOMA	30.084	33.000	598

A média de produção leiteira estabeleceu-se em 55 litros/cabra/ano sendo que melhores resultados foram conseguidos em Russas, enquanto Palhano apresentou resultados inferiores. É possível que os valores indicados para o município de Palhano contenham alguma imprecisão estatística.

Tratando-se de uma atividade altamente adaptada às adversidades climáticas, a caprinocultura configura-se com excelentes perspectivas de desenvolvimento no Ceará desde que seja conferido o devido apoio, notadamente relacionado com raças mais produtivas, bem como crédito e assistência técnica.



5 - MERCADOS ATUAIS

000016^{xi}



5. - MERCADOS ATUAIS

Objetiva-se, nesta parte do estudo, identificar os principais centros absorvedores da produção agropecuária, assim como analisar a circulação dos produtos no interior da área delimitada, na tentativa de ressaltar os locais de convergência mais importantes.

A própria configuração espacial da área indica, dada a proximidade, o centro de convergência mais importante como sendo a capital do Estado - Fortaleza. Essa tendência é sistematicamente observada em quase todos os produtos. Outro centro de convergência e consumo de relativa importância é o município de Russas, cuja sede abrigava em 1980 uma população urbana de 18,6 mil habitantes, caracterizando-se como um centro consumidor da produção agropecuária local.

Com base em estudos já realizados a nível estadual tais como, Comportamento Conjuntural do Setor Agropecuário do Estado do Ceará - ano de 1984 e junho de 1985 - e Projeto Nordeste - Vol. 3 - Programa, tomo 5 - Comercialização e Abastecimento (Anexo Diagnóstico) serão analisados, sucessivamente, o algodão herbáceo, o milho, o feijão, o tomate, a banana, bem como a carne e o leite de cabra.

5.1 - Algodão

Esta cultura atualmente configura-se como uma importante atividade agrícola no conjunto da área, tanto pelo valor da produção como pela sua característica de fonte de renda monetária dos agricultores.

Os preços do algodão e a conseqüente produção são fortemente influenciados pela cotação internacional do produto, dependendo do equilíbrio do mercado na relação demanda/oferta.

O Brasil ocupa a sexta posição entre os produtores mundiais, sendo que na safra 84/85 verifica-se incremento nas regiões produtoras do País.

Os maiores produtores nacionais são Paraná e São Paulo, que surgem com volumes de produção estabilizados ao longo dos anos, embora recentemente tenha ocorrido uma discreta tendência a redução de produção, como se observa no quadro 3.

É possível observar que no ano de 1984 o Ceará conquistou o terceiro lugar entre os Estados produtores, face à recuperação que ocorreu após o longo período de estiagem enfrentado.

QUADRO 3 - PRODUÇÃO DE ALGODÃO EM CAROÇO POR

UNIDADE DA FEDERAÇÃO - 1982-84

(Em t)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1982	1983	1984 1/	PARTICIPAÇÃO (%)			VARIACÃO 83/84 (%)
				1982			
				1982	1983	1984	
Paraná	739.000	700.000	611.865	38,2	43,7	28,3	-12,6
São Paulo	529.227	464.208	507.686	27,3	28,9	23,5	9,4
Minas Gerais	82.156	110.908	85.273	4,3	6,9	3,9	-23,1
Goiás	66.580	80.225	93.020	3,4	5,0	4,3	16,0
Ceará	210.330	64.298	282.119	10,9	4,0	13,0	338,8
Mato Grosso do Sul	60.933	59.522	56.826	3,1	3,7	2,6	- 4,5
Bahia	49.099	53.765	68.212	2,5	3,4	3,1	26,9
Paraíba	52.280	21.929	167.480	2,7	1,4	7,8	663,7
Pernambuco	20.390	9.751	45.134	1,0	0,6	2,1	362,9
Alagoas	20.856	6.631	20.338	1,1	0,4	0,9	206,7
Rio Grande do Norte	61.256	9.739	131.042	3,2	0,6	6,1	1.245,5
Pará	-	6.196	12.186	-	0,4	0,6	96,7
Maranhão	11.630	7.875	10.205	0,6	0,5	0,5	29,6
Piauí	20.474	5.376	46.701	1,1	0,3	2,2	768,7
Mato Grosso	3.797	1.909	8.069	0,2	0,1	0,4	322,7
Sergipe	3.635	155	13.409	0,2	0,0	0,6	8.550,1
Outras	3.445	1.336	1.606	0,2	0,1	0,1	20,2
T O T A L	1.935.091	1.603.823	2.161.171	100,0	100,0	100,0	34,8

FONTE: IBGE/CEPAGRO, dezembro/84 em CEPA - Comportamento conjuntural do Setor Agropecuário.

1/ Estimativa do IBGE para o mês de dezembro de 1984.

000018





Deve ser destacado que essa melhoria alcançada nesse ano deve-se antes às condições climáticas mais favoráveis. O necessário apoio efetivo à cotonicultura não se vem observando, diante de uma realidade constatada, através de uma política agrícola governamental de curto prazo.

O quadro 4 demonstra a área explorada, a produção e o rendimento da cultura do algodão arbóreo e herbáceo, e ainda a participação do Ceará no conjunto da produção nacional no período 78-84. Este quadro demonstra nitidamente o período de seca enfrentado no Estado, cuja participação do algodão produzido despenca de 17% em 1978 para 4% em 1983, recuperando-se em 1984, quando atinge 13%.

A participação do algodão herbáceo vem assumindo uma crescente expansão, pois em 1984 a produção já se situava próximo dos dois terços do total produzido, quando em 1978 essa participação não ultrapassava os 10%.

O comércio interestadual de algodão em rama do Ceará se verifica com os Estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia e Pernambuco (origem) e com Paraíba e Pernambuco (destino). Já o comércio de algodão em pluma ocorre notadamente com São Paulo, Paraná e Minas Gerais (origem) e São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco (destino).

Internamente pelas suas características de recursos e infraestrutura aliadas à concentração da produção, é nítida a hegemonia da microrregião dos sertões de Quixeramobim, notadamente pelos municípios de Quixadá e Quixeramobim. Os municípios de Crós e Iguatú exercem também papel absorvedor da produção da área.

O gráfico 1, seguinte, sintetiza, a nível de Microrregião Homogênea, os fluxos de comercialização do algodão em caroço no Estado do Ceará.

Já o algodão em pluma entra diretamente no circuito do centro-sul do País, especialmente São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, como demonstra o Gráfico 2.

O caroço de algodão é particularmente dirigido ao mercado de Fortaleza, penetrando no processo de beneficiamento.

5.2. - Milho

Esta cultura tradicionalmente no Nordeste figura entre as principais atividades agrícolas, aparecendo como alimento básico na alimentação humana e animal, sob as mais diversas formas.

QUADRO 4 - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DO

TOTAL DA PRODUÇÃO NACIONAL

1978 - 84

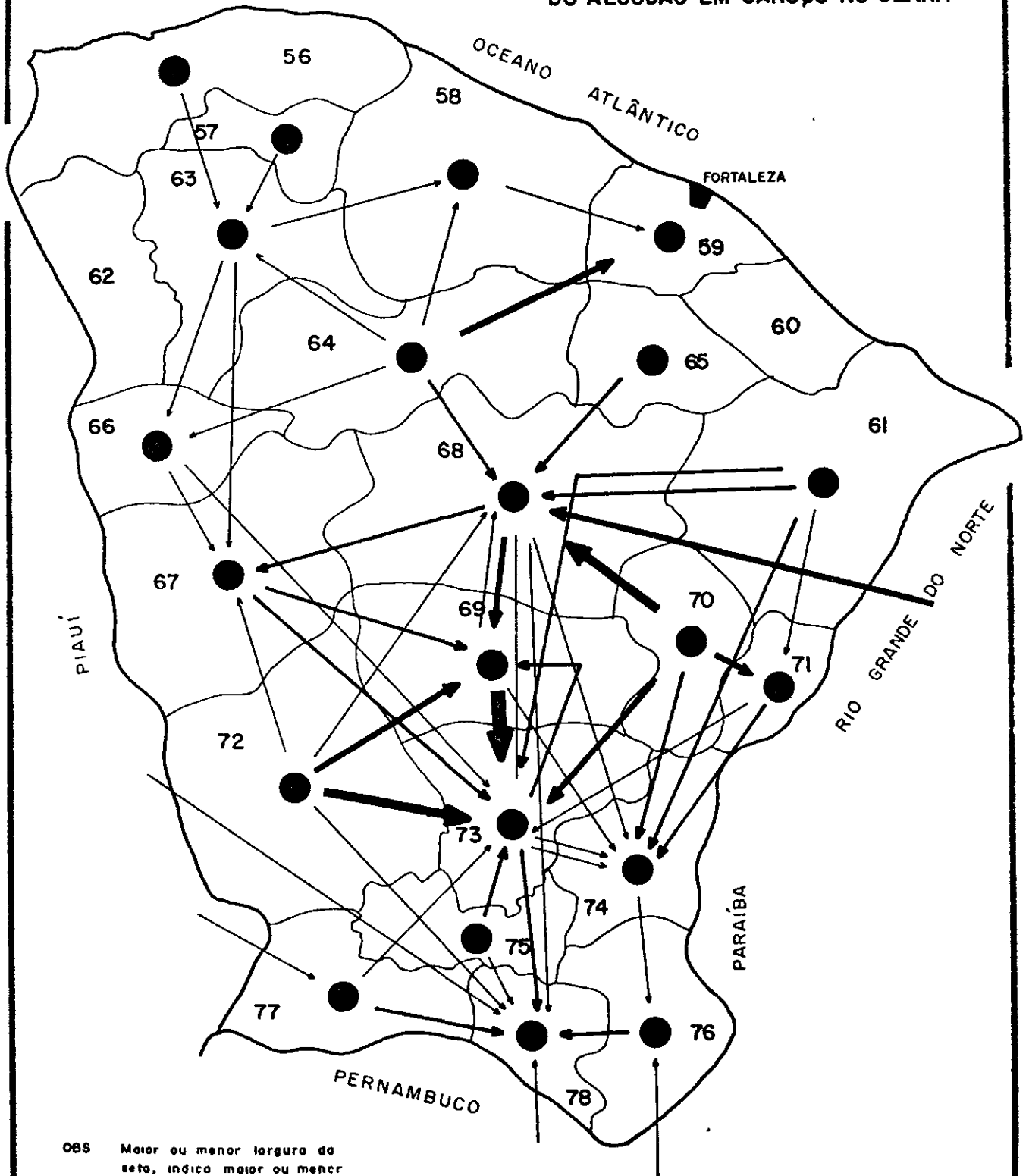
ANO	ALGODÃO ARBÓREO			ALGODÃO HERBÁCEO			TOTAL DA PRODUÇÃO (t)	PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO CEARÁ / BRASIL (%)
	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)		
1978	1.200.000	237.600	198	84.000	27.720	330	265.320	16,9
1979	1.200.000	150.000	125	56.810	11.930	210	161.930	9,9
1980	1.250.000	131.250	105	54.000	10.530	195	141.780	3,5
1981	1.000.000	90.000	90	55.000	12.375	225	102.375	5,9
1982	997.945	140.766	144	124.010	57.690	465	198.456	10,9
1983	675.202	47.264	70	74.367	17.034	229	64.298	4,0
1984	523.033	100.693	192	269.899	181.426	672	282.119	13,0



000020

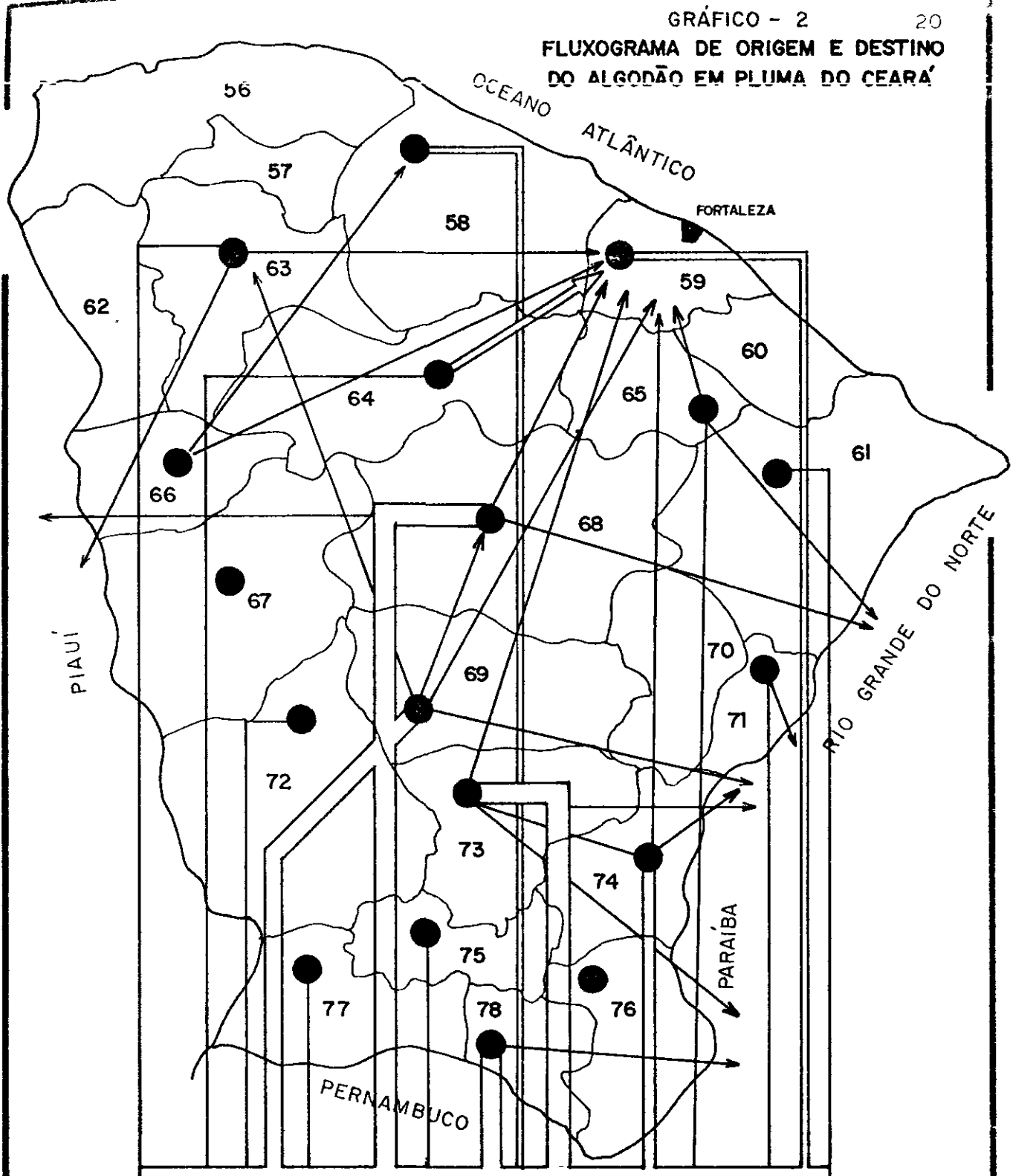


FLUXOGRAMA DE ORIGEM E DESTINO DO ALGODÃO EM CAROÇO NO CEARÁ



OBS: Melhor ou menor largura da seta, indica maior ou menor intensidade do fluxo

GRÁFICO - 2 20
FLUXOGRAMA DE ORIGEM E DESTINO
DO ALGODÃO EM PLUMA DO CEARÁ



OBS Maior ou menor largura da seta, indica maior ou menor intensidade do fluxo

REGIÃO SUL

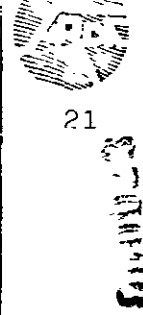
QUADRO 5 - PRODUÇÃO DE MILHO POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO

1982 - 84

ESTADO	PRODUÇÃO (t)			PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO (%)			VARIÇÃO (%)
	1982	1983	1984	1982	1983	1984	
BRASIL	21.865.439	18.743.761	21.174.162	100,00	100,0	100,0	13,0
Paraná	5.430.000	5.018.870	5.400.000	24,8	26,8	25,5	7,6
Rio Grande do Sul	3.147.246	3.174.771	3.567.360	14,4	16,9	16,8	12,4
São Paulo	3.392.400	3.164.000	2.866.735	15,5	16,8	13,6	- 9,4
Minas Gerais	3.053.763	2.695.976	2.563.638	14,0	14,4	12,1	- 5,0
Santa Catarina	2.628.756	1.687.325	2.345.209	12,0	9,0	11,1	39,0
Goiás	1.922.106	1.722.880	1.721.250	8,8	9,2	8,1	-
Mato Grosso	288.324	319.238	318.477	1,3	1,7	1,5	- 0,2
Pernambuco	94.738	11.895	301.945	0,4	0,1	1,4	1.438,4
Maranhão	303.601	86.620	268.662	1,4	0,5	1,3	210,2
Mato Grosso do Sul	257.902	236.443	262.220	1,2	1,3	1,2	10,9
Ceará	255.366	17.531	257.603	0,7	0,1	1,2	1.369,4
Espírito Santo	222.600	154.236	213.852	1,0	0,8	1,0	38,5
Paraíba	26.058	24.954	199.185	0,1	0,1	0,9	698,2
Pará	142.154	68.909	159.246	0,7	0,4	0,8	131,1
Rondônia	136.434	97.432	158.912	0,6	0,5	0,8	63,1
Piauí	122.036	25.621	157.429	0,6	0,1	0,7	514,4
Rio Grande do Norte	5.766	1.978	86.138	-	-	0,4	4.254,8
Bahia	312.251	131.886	84.177	1,4	0,7	0,4	-36,2
Outros	223.998	103.196	242.124	1,1	0,6	1,2	134,6

FONTES: IBGE/CEPAGRO. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

CEPA/CE. Em Comportamento conjuntural do Setor Agropecuário do Estado do Ceará, 1984.





O sistema de exploração envolvendo algodão, milho, feijão e pecuária bovina ocupa maior espaço agrícola no Estado e se concentra na região de clima semi-árido.

Os maiores produtores mundiais de milho no ano de 1984 foram os Estados Unidos (os quais ditam o preço internacional do produto), China, Europa Oriental e Brasil.

Nacionalmente a produção de milho acha-se concentrada na Região Centro-Sul. Conforme demonstra o quadro 5 a participação dessa região no total brasileiro produzido em 1984 foi superior a 87%, enquanto a Região Nordeste participava com apenas 7%. O Estado do Ceará, isoladamente, contribuiu com uma produção que alcançou a 1,2% do milho nacional.

Assim como no caso do algodão, o milho teve um comportamento satisfatório nos níveis de produção recentes, associado às melhores condições pluviométricas.

O quadro 6 demonstra, para o Estado do Ceará, a área explorada, a produção e o rendimento da cultura do milho e ainda um confronto com a Região Nordeste e o País.

Este quadro evidencia o período de seca enfrentado pelo Estado, sendo que o nível de 1978 (260 mil t) ainda sequer foi atingido em 1984. No ano de 1983 a produtividade alcançou a irrisória cifra de 120 kg/ha, reflexo máximo da suscetibilidade dessa cultura à escassez de água.

O comércio interestadual de milho se verifica notadamente com os Estados de Goiás, Paraná e São Paulo (origem) e Piauí e Rio Grande do Norte (destino).

Internamente, pelas suas características de recursos, bem como a concentração de granjas avícolas é nítida a hegemonia exercida por Fortaleza e a microregião do litoral, de uma maneira generalizada.

5.3 - Feijão

Da mesma forma que o milho, a cultura do feijão tradicionalmente figura no Nordeste encabeçando as principais atividades agrícolas, dada a sua característica peculiar de alimento humano rico em proteína e ferro.

A produção encontra-se disseminada por todo o Estado, sendo que assume maior importância o gênero Vigna, ou feijão macassar.

QUADRO 6 - PRODUÇÃO CEARENSE E PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO DE
MILHO DO NORDESTE E DO BRASIL

1978-84

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO (%)	
				CEARÁ/NORDESTE	CEARÁ/BRASIL
1978	480.000	259.200	540	18,6	1,9
1979	408.000	171.191	422	13,7	1,0
1980	400.000	96.000	240	11,6	0,5
1981	120.000	21.600	180	4,2	0,1
1982	505.868	155.366	307	13,7	0,7
1983	146.092	17.531	120	5,7	0,1
1984	422.300	257.603	610	17,5	1,2

FONTES: - IBGE/GCEA

- Acompanhamento Conjuntural da Produção e do Abastecimento de Produtos Seleccionados - MA Secretaria Geral.
- CEPAC/CE. Em Comportamento Conjuntural do Setor Agropecuário do Estado do Ceará - 1984.



000025



Em termos nacionais a produção de feijão concentra-se também na Região Centro-Sul, conforme demonstra o quadro 7.

Somente os Estados do Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais participaram, em 1984, com mais da metade do feijão produzido no País, embora se verifique uma tendência de redução de volumes produzidos historicamente.

A região Nordeste contribuiu em 32% no mesmo ano e o Estado do Ceará participou com 6,5% da produção nacional.

Da mesma forma que as culturas anteriormente analisadas a produção de feijão reagiu no ano passado, após ultrapassar um período crítico em 1983, reflexo do período de estiagem.

O quadro 8 demonstra, para o Estado do Ceará, a área explorada, a produção e o rendimento da cultura do feijão no período 1978-84 e ainda um confronto com a Região Nordeste e com o País. Sistemáticamente a produtividade é reduzida, agravando-se sempre nos anos de fraca precipitação pluviométrica.

O comércio interestadual de feijão se verifica com os Estados da Bahia, Pernambuco e Paraná (origem) e Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte (destino).

Internamente, face à grande aceitação do produto, o feijão circula entre municípios próximos, convergindo o excedente para Fortaleza, principal centro consumidor do Estado.

5.4 - Tomate

Trata-se da cultura hortícola mais difundida na dieta alimentar da população nordestina, utilizada como condimento in natura, sendo uma excelente fonte de vitamina C.

A produção de tomate se encontra restrita em algumas manchas do Estado, sendo a principal a Serra da Ibiapaba que reúne condições favoráveis à exploração. É frequente, também, o cultivo de tomate em projetos de irrigação sob a jurisdição do DNOCS.

Em termos regionais, a produção cearense em 1984 contribuiu com 10% do total, conforme se verifica nos dados do quadro 9, que demonstra, para o Estado do Ceará, a área colhida, a produção e o rendimento da cultura, e ainda um confronto com as produções regional e nacional.



QUADRO 7 - PRODUÇÃO DE FEIJÃO POR

UNIDADES DA FEDERAÇÃO

1982 - 84

ESTADO	PRODUÇÃO (t)			PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO (%)			VARIAÇÃO (%)
	1982	1983	1984 *	1982	1983	1984	1983/84
TOTAL BRASIL	2.906.259	1.586.993	2.621.009	100,0	100,0	100,0	65,2
Paraná	668.800	347.035	471.669	23,0	21,9	18,0	35,9
São Paulo	392.600	322.560	311.663	13,5	20,3	11,9	- 3,4
Santa Catarina	321.040	162.390	310.361	11,1	10,2	11,8	91,1
Minas Gerais	335.833	243.764	275.488	11,6	15,4	10,5	13,0
Ceará	166.325	24.811	171.213	5,7	1,6	6,5	590,1
Pernambuco	92.358	23.446	147.002	3,2	1,6	5,6	527,0
Paraíba	28.002	26.436	133.619	1,0	1,4	5,1	405,4
Rio Grande do Sul	146.763	92.445	133.097	5,0	5,8	5,1	44,0
Bahia	224.527	100.325	107.674	7,7	6,3	4,1	7,3
Rio G. do Norte	17.130	7.318	104.875	0,6	0,5	4,0	1.333,1
Goiás	95.696	72.526	78.710	3,3	4,6	3,0	8,5
Piauí	48.558	14.525	66.445	1,6	0,9	2,5	357,4
Alagoas	49.576	10.486	56.201	1,7	0,7	2,1	436,0
Rondônia	45.195	21.111	51.658	1,6	1,3	2,0	144,3
Espírito Santo	55.555	26.619	51.514	1,9	1,7	2,0	93,5
Maranhão	57.499	17.419	35.015	2,0	1,1	1,3	101,0
Mato Grosso	47.499	23.420	30.596	1,6	1,5	1,2	30,6
Sergipe	43.215	2.801	30.422	1,5	0,2	1,2	986,1
Outros	70.088	47.556	53.785	2,4	3,0	2,1	13,1

FONTES: IBGE/CEPAGRO. levantamento Sistemático da Produção Agrícola - CEPA/CE
 CEPA/CE. Em Comportamento Conjuntural do Setor Agropecuário do Estado
 do Ceará, 1984

* Estimativa do IBGE/CEPAGRO, Dez.84.

000027



QUADRO 8 - ÁREA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO NA
PRODUÇÃO DE FEIJÃO DO NORDESTE DO BRASIL

1978 - 84

ANO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO (%)	
				CE/NE	CE/BRASIL
1978	400.000	120.000	300	17,0	5,5
1979	342.359	104.359	306	15,2	4,8
1980	340.000	51.000	150	10,0	2,8
1981	200.000	36.000	180	9,0	1,9
1982	595.190	167.279	281	22,9	5,7
- 1ª Safra	591.530	163.757	277	-	-
- 2ª Safra	3.660	3.522	962	-	-
1983	167.391	24.811	148	10,9	1,6
- 1ª Safra	164.194	22.428	137	-	-
- 2ª Safra	3.197	2.383	745	-	-
1984	471.553	171.213	363	20,1	6,5
1ª Safra	465.553	165.213	355	-	-
2ª Safra	6.000	6.000	1.000	-	-

FONTES: IBGE/CEPAGRO - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola-CEPA-CE.
CEPA-CE. Em Comportamento Conjuntural do Setor Agropecuário do
Estado do Ceará, 1984.

000028



QUADRO 9 - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DE TOMATE E
PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO DO NORDESTE E DO BRASIL

1978 - 84

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO (%)	
				CE/NE	CE/BR
978	700	19.600	28.000	6,15	1,33
979	750	22.500	30.000	6,95	1,50
980	1.000	25.000	25.000	11,54	1,63
981	750	22.500	30.000	8,13	1,50
982	1.148	27.470	23.938	6,44	1,47
983	1.381	32.000	23.171	10,38	2,02
984	1.494	45.396	30.385	9,99	2,60

FONTES: IBGE/CEPAGRO. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

CEPA/CE. Em Comportamento Conjuntural do Setor Agropecuário do Estado do Ceará, 1984.

000029



Tratando-se de uma atividade que exige cuidados especiais a produtividade do tomate se mostrou pouco sensível às oscilações de precipitação recentemente ocorridas no Estado.

O comércio interestadual do tomate se verifica com maior frequência entre os Estados de São Paulo, Pernambuco e Paraíba (origem) e Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão e Pará (destino).

O principal obstáculo na condução dessa cultura está relacionado com o calendário de cultivo, frequentemente ocasionando aviltamento e altas desenfreadas nos preços do produto, face aos desníveis de produção e à sua peculiaridade.

Contudo, a disponibilidade de irrigação atua como agente regulador da relação oferta/demanda, cabendo aos planejadores a orientação técnica da época mais propícia para colocação no mercado.

5.5 - Banana

Trata-se de uma cultura frutícola altamente disseminada nos hábitos alimentares nacionais, podendo tanto ser consumida na forma in natura como industrializada. A produção se acha espalhada por todo o território estadual, verificando-se maior ocorrência nas microregiões da Serra de Uruburetama, Serra de Baturite e Fortaleza (Pacatuba).

Igualmente os perímetros irrigados do DNOCS exercem a exploração dessa frutícola, caracterizando-se pela elevada exigência hídrica da mesma.

O comércio interestadual de banana ocorre notadamente entre os Estados de Pernambuco, Paraíba e Bahia (origem) e Rio Grande do Norte e Piauí (destino).

No plano estadual o excedente da produção das regiões produtoras converge para a CEASA de Fortaleza, verificando-se um elevado número de transações comerciais com o produto.

5.6 - Caprinocultura

Esta atividade apresenta-se no Estado como complementar à agropecuária de modo geral.

Apesar da espécie concentrar um elevado grau de adaptabilidade às condições adversas do meio, ainda não se decidiu, por parte da política governamental, promover a disseminação do rebanho no território cearense.

000030



O rebanho estadual, segundo o Censo de 1980, perfazia um total de 984 mil cabeças de caprinos.

Uma taxa de desfrute admissível para os padrões cearenses situa-se em torno de 20% ao ano, ou seja, cerca de 200 mil animais para abate. Pode-se ainda considerar um peso médio de carcaça de 12 Kg, resultando numa produção anual de 2.400 toneladas de carne.

Entretanto, os dados de abate retratados no quadro 10 demonstram que de janeiro a maio do corrente ano de 1985 foram processadas apenas 106 toneladas de carne caprina nos diversos matadouros municipais, FRIFORT e Frigorífico Industrial do Cariri.

Diante desse dados, uma previsão otimista indicaria um volume de cerca de 250 toneladas do produto beneficiado para 1985, ou seja, um volume irrisório para suprir a demanda do Estado como um todo.

Um confronto entre a produção estimada (2.400 t) e os dados oficiais previsíveis de abate (250 t) conduzem a inferir que cerca de 90% do abate de pequenos animais ocorrem em locais alheios aos abatedouros. Destaca-se, nesse caso, o abate realizado nos próprios locais de criação a fim de suprir o autoconsumo, comercializando-se o eventual excedente.

É, pois, notória a permanência da produção nas imediações dos locais de criação, sendo o processo de comercialização o tipo varejista ao consumidor.

QUADRO 10 - ESTIMATIVA DO ABASTECIMENTO DE CARNE OVINA

E CAPRINA NO INTERIOR E FORTALEZA

MAIO DE 84 E JANEIRO A MAIO DE 85.

(Em kg)

MES	ESTABELECEMENTOS										TOTAL	
	FRIFORT		MATADOUROS MUNICIPAIS *		FRIGORÍFICO IND DO CARIRI		DO		CARNE			
	CARNE OVINA	CARNE CAPRINA	CARNE OVINA	CARNE CAPRINA	CARNE OVINA	CARNE CAPRINA	CARNE OVINA	CARNE CAPRINA	CARNE OVINA	CARNE CAPRINA	CARNE OVINA	CARNE CAPRINA
Maio/84	1.867	367	20.706	24.276	588	547	23.161	25.190				
Janeiro/85	1.476	1.685	16.814	19.560	60	100	18.350	21.345				
Fevereiro	1.883	817	14.026	18.144	62	98	15.971	19.059				
Março	3.599	2.993	15.792	19.572	53	183	19.444	22.748				
Abril	1.502	1.927	13.538	18.420	30	105	15.070	20.452				
Maio	2.920	3.530	14.532	18.948	-	121	17.452	22.599				
TOTAL/85	11.380	10.952	74.702	94.644	205	607	86.287	106.203				
Variação(%)												
Mai./85-Mai./84	56,4	861,8	-29,8	-21,9	-	-77,9	-24,6	-11,1				
Mai./85-Abr./85	94,4	83,2	7,3	2,8	-	21,0	15,8	10,5				

FONTE: CEPA/CE. Pesquisa direta realizada no FRIFORT. Secretaria da Fazenda e Frigorífico Industrial do Cariri, Fortaleza, 1985; Em Comportamento Conjuntural do Setor Agropecuário do Estado do Ceará, 1984.

* Considerou-se um peso médio morte de 14,0 e 12,0 kg/cab. para ovino e caprino, respectivamente nos abates realizados no interior do Estado do Ceará.



000032



6 - BALANÇO OFERTA/DEMANDA

000033



6. - BALANÇO OFERTA/DEMANDA

As condições climáticas do Estado do Ceará, mesmo em anos de precipitações razoáveis, induzem a uma incerteza aos agricultores, com reflexos altamente indesejáveis dos níveis de produção.

Assim é que, em 1984, ano em que houve uma melhoria nas condições climáticas, o déficit de alimentos básicos da população foi superior a 60% dos níveis de produção, como demonstra o quadro 11.

A oferta de arroz, farinha de mandioca, feijão e milho, conjuntamente, estabeleceu-se em cerca de 600 mil toneladas, para atender a uma demanda de quase 980 mil toneladas nesse ano.

Destaca-se o significativo déficit de milho, da ordem de 160 mil toneladas, forçando o Estado a recorrer à importações sistemáticas.

Com base nos dados elaborados pela CEPA-CE, para o projeto Nordeste, o quadro 12 demonstra, em níveis percentuais, a relação oferta/demanda dos produtos em exame no período 1977-82.

É possível destacar que, na verificação da média do período, constata-se que o Estado é superavitário em algodão em pluma (375%), banana (139%) e tomate (130%), enquanto depende de importações de feijão (35%) e milho (34%).

Ainda com base nos dados elaborados pela CEPA para o Projeto Nordeste, o quadro 13 destaca, para o ano de 1982, o comportamento da produção, oferta e demanda dos produtos agrícolas, evidenciando o balanço, expresso em toneladas.

O quadro 14 retrata os níveis de consumo per capita estabelecidos pelo FIBGE no Estudo Nacional de Despesa Familiar - ENDEF-dos principais alimentos da dieta básica da população nordestina, base de cálculo da demanda global.

Com relação ao Projeto em pauta é possível constatar que, pela sua dimensão, da ordem de 300 hectares, a produção global a ser obtida não será suficiente para causar impacto sensível no conjunto da oferta estadual.

A relativa organização do escoamento da produção horti-frutícola das CEASAS asseguram o escoamento do excesso de produção de banana e tomate através de transações comerciais com estados limitrófes. O algodão mantém uma estabilidade

000034

QUADRO 11 - OFERTA, DEMANDA E IMPORTAÇÕES PROVÁVEIS
DE ARROZ, FARINHA, FEIJÃO E MILHO (t)

- 1984 -

PRODUTOS	PRODUÇÃO (*)	RESERVA DE SEMENTES	PERDAS NO CAMPO	OFERTA DA		D E M A N D A			SALDO OU DEFICIT	IMPORTA- ÇÕES PROVÁVEIS
				PRODUÇÃO INTERNA	PRODUÇÃO	CONSUMO	PERDAS NA COMERCIA- LIZAÇÃO	TOTAL		
- Arroz em casca	82.597	2.431	8.259	52.037	164.845	-	164.845	-112.808	112.808	
- Farinha de Mandi- oca	148.521	-	-	148.521	244.500	-	244.500	- 95.979	95.979	
- Feijão	171.213	3.500	8.560	159.153	164.600	3.400	168.000	- 8.847	8.847	
- Milho	257.603	3.840	12.880	240.883	380.000	20.000	400.000	-159.117	159.117	

FONTE: CEPA/CE. Cálculos do consumo baseado na pesquisa do ENDEF/IBGE. Em Comportamento Conjuntural do Setor Agropecuário Cearense, 1984.

(*) Estimativa do CCEA/IBGE, dez./84.

000035



QUADRO 12 - RELAÇÃO OFERTA E DEMANDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS

1977 - 82

PRODUTOS	RELAÇÃO OFERTA ESTADUAL/DEMANDA ESTADUAL (%)						MÉDIA
	1977	1978	1979	1980	1981	1982	
Algodão em pluma	522,84	659,91	350,00	236,84	161,24	286,36	374,53
Banana	162,44	158,35	134,91	151,22	114,52	112,20	138,94
Feijão	83,05	73,39	66,68	36,92	36,99	91,06	64,60
Milho	134,82	99,36	79,20	35,15	5,75	39,10	65,56
Tomate	117,83	118,42	126,74	134,94	133,12	147,85	129,81

FONTE: CEPA/CE. Em Projeto Nordeste, V.3.T.5 - Comercialização e Abastecimento; Anexo Diagnóstico, 1984.

050036



QUADRO 13 - CEARÁ - BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA

DOS PRINCIPAIS PRODUTOS (em t)

- 1982 -

PRODUTOS	PRODUÇÃO	RESERVA PARA SEMENTES	PERDAS NO CAMPO E NA ARMAZENA- GEM PRIMÁ RIA	OFERTA DA PRODUÇÃO ESTADUAL	DEMANDA			TOTAL	SALDO
					CONSUMO		PERDAS NA COMERCIA- LIZAÇÃO		
					ANIMAL "IN NATURA"	HUMANO			
Algodão em rama	203.927	-	-	203.927	-	-	265.176	-	61.249
Algodão em plume	63.000	-	-	63.000	-	-	22.000	-	41.000
Caroço de algodão	169.000	8.400	-	165.600	-	-	218.684	-	53.084
Arroz em casca	65.491	2.700	6.500	56.291	-	-	56.291	-	-
Arroz benefi- ciado	38.278	-	-	38.278	-	-	-	-	-141.722
Banana	128.000	-	12.800	115.200	-	-	6.000	18.480	102.670
Feijão	166.325	4.400	6.200	155.725	-	-	166.000	5.000	171.000
									- 15.275

FONTE: CEPA-CE. Em projeto Nordeste. Vol. 3, Tomo 5. Comercialização e Abastecimento - Anexo Diagnóstico.

000037





QUADRO 14 - CONSUMO PER CAPITA DE
ALIMENTOS (kg/ano)

ALIMENTOS	RURAL NÃO METROPOLITANO	URBANO NÃO METROPOLITANO	METROPOLITANO FORTALEZA
Arroz	26,40	24,30	31,40
Açúcar	14,60	19,40	19,50
Batata	8,10	8,60	5,60
Café	2,60	3,30	3,30
Farinha de Mandio- ca	55,00	31,90	16,40
Feijão	38,20	22,30	24,20
Milho	21,50	7,50	2,60
Frutos	26,40	37,40	34,80
Verduras	11,30	15,70	11,70
Repadura	4,00	1,20	0,90
Pão	3,80	23,90	28,30
Maçãs	3,00	5,90	7,70
Óleo	1,20	2,60	3,30
Margarina	0,10	0,40	0,80
Carne	15,00	23,30	17,50
Aves	3,10	4,70	5,80
Ovos	1,70	3,10	4,40
Peixe	7,30	7,00	7,70
Banha	0,50	0,40	0,40
Leite (litro)	30,20	24,20	29,90
Queijo	0,30	0,80	0,50

FONTE: FIBGE - Estudo Nacional de Despesa Familiar - ENDEF. Região V. Rio de Janeiro, 1977.

CEPA-CE. Em Projeto Nordeste - Vol.3, Tomo 5 - Comercialização e Abastecimento, 1984.

000038



de mercado a nível nacional, desfrutando de uma posição que o coloca entre os produtos mais disputados entre os compradores; por último, a identificação dos níveis deficitários de milho e feijão por si só já assegura o escoamento da produção localmente.



7 - PROCESSOS DE COMERCIALIZAÇÃO

000040



7. - PROCESSOS DE COMERCIALIZAÇÃO

Os processos de comercialização vigentes na área não diferem substancialmente dos verificados no Nordeste semi-árido, de modo geral. A própria organização fundiária e as relações de produção-parceria e arrendamento, ditam o desempenho insatisfatório do pequeno produtor na comercialização dos produtos agrícolas.

É notório que o poder de barganha dos diversos agentes envolvidos no processo se eleva na proporção em que cresce o nível econômico dos mesmos. Os pequenos produtores, historicamente impotentes para superar as condições impostas pelos detentores da terra, são igualmente impotentes para resistir às pressões daqueles que controlam algum capital financeiro e, forçosamente, atiram a produção na estrutura de intermediações.

É importante observar-se a diversidade dos processos de comercialização, a sua maior organização estando ligada à concentração da produção. Ao contrário, uma menor produção resulta em uma maior dispersão e um maior número de intermediários.

A pesquisa agro-sócio-econômica realizada pela SIRAC na área do projeto demonstrou, que o local de venda da produção agrícola, na sua grande maioria, é na sede do município (ver quadro 15). Podem ocorrer também vendas na propriedade e em outros municípios.

Ainda segundo o quadro 15, os tipos de compradores mais frequentes são os comerciantes, geralmente estabelecidos na sede dos municípios, podendo ocorrer vendas a outro agricultor.

Quanto à época das vendas, os dados amostrais da pesquisa indicaram que estas são realizadas, na sua totalidade, logo após a colheita.

O quadro 16 retrata os mesmos dados de locais de vendas, tipos de compradores e época das vendas relacionadas à produção pecuária.

Verifica-se que, na maioria das vezes, a produção animal é comercializada na propriedade, ocorrendo, com certa frequência, vendas na sede do município.

Os tipos de compradores mais comuns são os marchantes, surgindo também outro criador adquirindo animais.

QUADRO 15 - ASPECTOS DA COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL

- VALORES PERCENTUAIS -

CLASSES DE PROPRIEDADES (ha)	LOCAIS DE VENDA			TIPOS DE COMPRADORES				ÉPOCAS DAS VENDAS				
	NA PROPRIEDADE	NA SEDE DO MUNICÍPIO	EM OUTROS MUNICÍPIOS	TOTAL	COMERCIANTE (1)	AMBULANTE (2)	OUTRO AGRICULTOR	TOTAL	NA FOLHA	LOGO APÓS A COLHEITA	APÓS PERÍODO DE ARMAZENAMENTO	TOTAL
< 5	-	100,0	-	100,0	100,0	-	-	100,0	-	100,0	-	100,0
5-10	-	100,0	-	100,0	100,0	-	-	100,0	-	100,0	-	100,0
10-25	40,0	40,0	20,0	100,0	80,0	-	20,0	100,0	-	100,0	-	100,0
25-50	-	100,0	-	100,0	100,0	-	-	100,0	-	100,0	-	100,0
50-100	-	100,0	-	100,0	100,0	-	-	100,0	-	100,0	-	100,0
100-200	16,7	66,6	16,7	100,0	83,3	-	16,7	100,0	-	100,0	-	100,0
200-500	-	100,0	-	100,0	100,0	-	-	100,0	-	100,0	-	100,0
> 500	-	50,0	50,0	100,0	100,0	-	-	100,0	-	100,0	-	100,0

FONTE: Pesquisa de campo, SIRAC, 1985

(1) Aquele que tem estabelecimento fixo, geralmente na sede do município

(2) Um comerciante que adquire o produto de "porta em porta"

000042



QUADRO 16 - ASPECTOS DA COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL

- VALORES PERCENTUAIS -

CLASSES DE PROPRIEDADES (ha)	LOCAIS DE VENDA			TIPOS DE COMPRADORES				ÉPOCAS DAS VENDAS					
	NA PRO- PRIEDA- DE	NA SEDE DO MUNI- CÍPIO	EM OUTRO MUNÍCI- PIO	TOTAL	BOIADEI- RO	FRIGORÍ- FICO	OUTRO CRIADOR	MARCHANTE	TOTAL	INVERNO	VERÃO	LOGO APÓS O INVERNO	TOTAL
< 5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5-10	100,0	-	-	100,0	-	-	-	100,0	100,0	-	-	100,0	100,0
10-25	50,0	50,0	-	100,0	-	-	50,0	50,0	100,0	-	100,0	-	100,0
25-50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
50-100	40,0	60,0	-	100,0	-	-	20,0	80,0	100,0	20,0	80,0	-	100,0
100-200	20,0	60,0	20,0	100,0	-	-	-	100,0	100,0	25,0	50,0	25,0	100,0
200-500	75,0	25,0	-	100,0	-	-	50,0	50,0	100,0	-	50,0	50,0	100,0
> 500	100,0	-	-	100,0	-	-	-	100,0	100,0	50,0	50,0	-	100,0
TOTAL	64,1	32,5	3,4	100,0	-	-	-	80,0	100,0	15,8	55,0	29,2	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo, SIRAC, 1985.

1111043





A época de vendas mais comum é durante o verão, podendo ocorrer vendas ao longo do ano, contudo, com menor frequência.

7.1 - Tipologia dos intermediários

A comercialização de produtos agropecuários envolve inúmeros intermediários envolvidos no processo de transferência da produção, desde as unidades produtoras até o consumidor final, podendo, inclusive, passar por processo de transformação.

O processo de comercialização se inicia no campo, através da compra, venda e troca de mercadorias com intermediários das diversas modalidades.

Na estrutura de comercialização, os vários intermediários se articulam, através de adiantamentos de dinheiro e do fornecimento de mercadorias de comerciantes, mediante a cobrança de taxas de juros aos agricultores.

Os tipos de intermediários mais frequentes na comercialização dos produtos agrícolas são os seguintes:

- . Proprietário comprador. comumente encontrado na comercialização do algodão em caroço. Instalado na propriedade adquire a produção de parceiros, de pequenos proprietários, pequenos arrendatários e pequenos posseiros das imediações;
- . Varejista rural. são representados por pequenos comerciantes do meio rural (bodegas) que adquirem (ou trocam) produtos de pequenos produtores,
- . Atacadistas: geralmente sediados no meio urbano, têm um estabelecimento comercial, eventualmente vendem no varejo e podem ser pequenos, médios ou grandes;
- . Corretores: trabalham para outras pessoas ou firmas mediante comissão;
- . Camioneiros adquirem a produção de "porta em porta" de produtores ou de outros pequenos intermediários;
- . Varejistas urbanos: são os que adquirem produtos de atacadistas para venda no varejo.

000044



7.2 - Algodão

Para o caso específico do algodão, o destino do produto na área concentra-se nas usinas de beneficiamento, as quais, por sua vez, exportam o produto e sub-produtos para o consumo nos grandes centros. Os preços são ditados, em última instância, pela concorrência entre as mesmas com base no preço nacional do momento.

Entre o produtor de algodão e a usina de beneficiamento o produto percorre um fluxo relativamente curto. O produtor vende a um concentrador rural, que revende a um concentrador urbano e este diretamente a usina de beneficiamento. Outro fluxo importante se verifica através de um proprietário rural, que exerce influência sobre um raio de produção, e concentra as aquisições dos produtores. Justamente aí observam-se as relações de dependência e da parceria entre os pequenos produtores e os grandes proprietários que acumulam a função de comerciantes e "capitalistas". Além da proporção que lhe é entregue como renda, geralmente a metade colhida, está implícito, no contrato de parceria, a aquisição da parte referente aos produtores. Além dessas aquisições são realizadas compras de pequenos proprietários das proximidades. O conjunto dessa produção é comercializado diretamente nas usinas de beneficiamento.

Aqui cabe fazer referência ao problema crônico do aviltamento dos preços patrocinado pelo concentrador rural da produção. Dada a sua condição de detentor de capital, é sensível o seu poder em ditar os preços, notadamente em função dos adiantamentos monetários e compras antecipadas da produção (na folha). Dada a importância vital do crédito (ao qual não têm acesso na rede bancária) para a sobrevivência dos produtores no período de entre-safras, os concentradores rurais realizam ainda adiantamentos de marcadorias, estabelecendo uma situação de dependência, obrigando os produtores a venda antes da colheita.

7.3 - Milho e feijão

No caso das culturas de subsistência, notadamente o feijão, a atividade agrícola é voltada com maior intensidade para a subsistência, gerando, contudo, alguns excedentes comercializáveis:



- a atomizada produção agrícola (gráfico 3) é vendida em feiras (as vezes diretamente pelo produtor ou através de pequenos intermediários), a pequenos varejistas rurais (bodegas), a compradores rurais que circulam na época de safras (veículos de carga média), a pequenos atacadistas (geralmente proprietários detentores de algum capital);
- a produção, já mais concentrada, assim como a dos maiores produtores, converge para os armazéns dos centros urbanos (representados pelos médios atacadistas) que canalizam a produção para os grandes centros urbanos, através dos camioneiros ou diretamente para os grandes atacadistas urbanos.

Este fluxo não é rígido, podendo perfeitamente ocorrer eliminação ou ampliação de etapas da comercialização, reduzindo (ou aumentando) o número de intermediários. Para o caso do milho, por exemplo, aparece o elo da indústria na etapa final do fluxo.

É nítida a presença de um grande número de intermediários, predominando os pequenos, assim como de diversas etapas pelas quais passa o produto até o seu destino final.

7.4 - Banana

De modo geral, a produção de banana das regiões caracteristicamente produtoras tem como destino final a CEASA ou diretamente outro Estado, passando antes por concentradores estabelecidos no meio rural e nas sedes municipais.

Nas demais regiões, a banana produzida é comercializada diretamente na sede do município, eventualmente convergindo para a Capital do Estado.

7.5 - Carne caprina

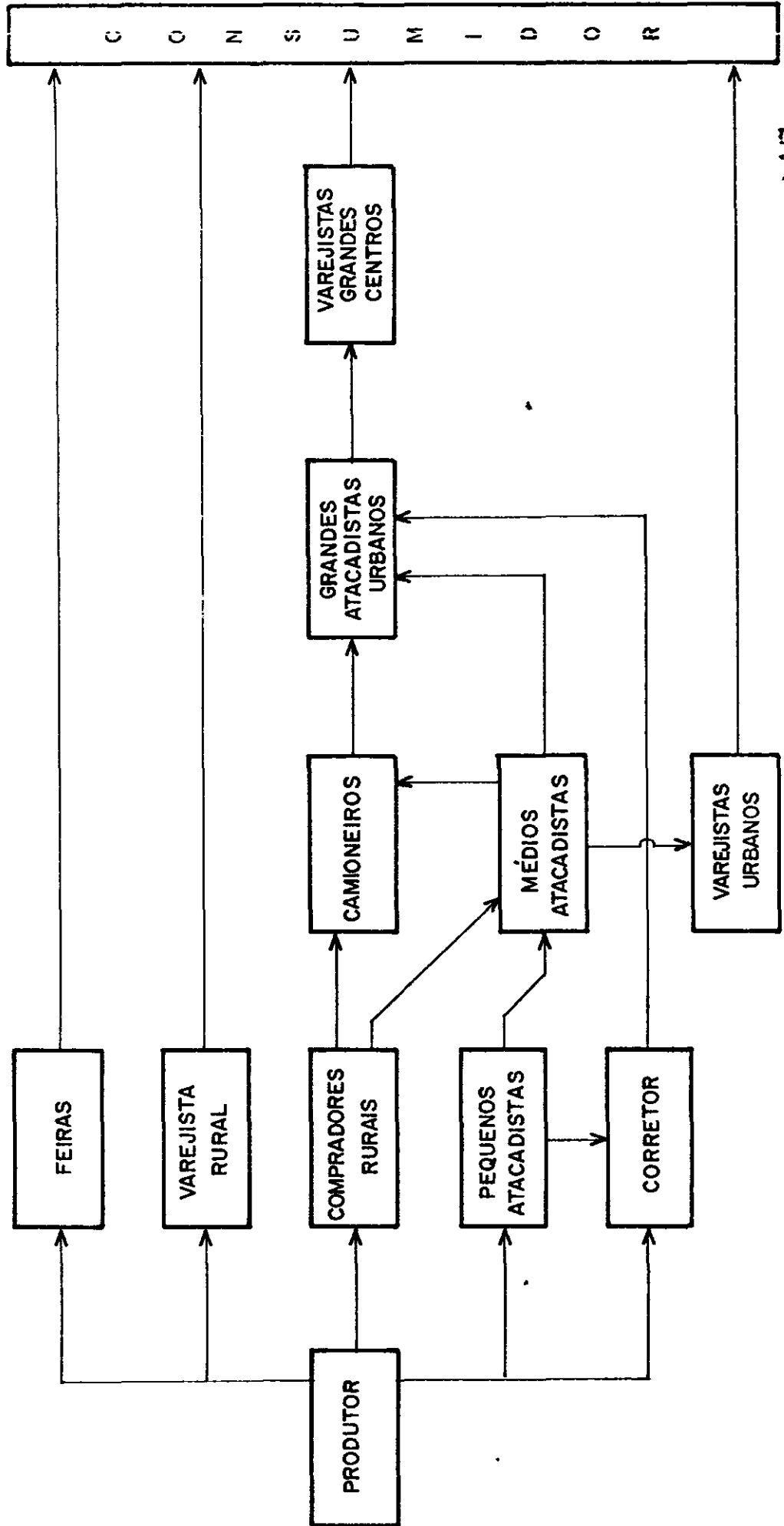
Como antes referido, cerca de 90% da carne de pequenos animais não passam por abatedouros oficiais, sendo que a modalidade de comercialização mais frequente se verifica nos mercados e feiras das sedes dos municípios, ou ainda "de porta em porta".

Quanto à produção de leite de cabra, esta é quase na sua totalidade autoconsumida e uma pequena parte transformada em queijo.

000046

GRÁFICO - 3

CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DE CULTURAS ALIMENTARES



000047



8 - MARGENS DE COMERCIALIZAÇÃO E NÍVEIS DE PREÇOS

000048



8. - MARGENS DE COMERCIALIZAÇÃO E NÍVEIS DE PREÇOS

De um modo generalizado, pode-se inferir que os preços dos produtos agrícolas no meio rural variam:

- com o poder de barganha do produtor;
- com a distância e a disponibilidade /facilidade de transporte para os produtos;
- com o nível cultural (grau de informação) do produtor;
- com a época do ano, dada a sazonalidade da produção;
- com o grau de perecibilidade do produto;
- com o número de intermediários envolvidos;
- com o nível de transformação industrial eventualmente sofrido pelo produto, entre outras variáveis.

O quadro 17, seguinte, elaborado a partir do projeto Nordeste (op. cit.) CEPA-CE, demonstra os preços auferidos a nível de produtor, de atacado e de varejo dos produtos sob exame, evidenciando as margens de comercialização de cada categoria, verificadas no ano de 1983.

Os quadros 18, 19 e 20 retratam os preços de mercado e preços mínimos observados no Estado do Ceará de 1974 a 1984, especificando em preços correntes e preços constantes, inflacionados pelo índice geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas (conceito disponibilidade interna), respectivamente para o algodão, o feijão e o milho.

Uma análise dos referidos quadros permite extrair as seguintes observações:

- o algodão, após uma extraordinária recuperação de preços verificada em 1983 (Cr\$ 26 mil/arroba) teve o preço aviltado em 1984, quando atingiu a apenas Cr\$ 11,5 mil/arroba. Verificam-se oscilações acentuadas de ano para ano do período, não permitindo o estabelecimento de uma tendência, a exceção do quadriênio 77/80. Os preços mínimos decresceram recentemente e foram sempre inferiores aos preços de mercado, exceto em 1982, quando se situaram ligeiramente superiores;

000049

QUADRO 17 - MARGENS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS

- 1983 -

PRODUTO	PRODUTOR			ATACADADO			VAREJO			PREÇO (Cr\$)	PARTE DO PRODUTOR	MARGEM DE COMERCIALIZAÇÃO (%)			
	FORMA	UNIDADE	PREÇO (Cr\$)	FORMA	UNIDADE	PREÇO (Cr\$)	FORMA	UNIDADE	PREÇO (Cr\$)			ATACADO	VAREJO	MARGEM DE COMERCIALIZAÇÃO (%)	
														ATACADO	VAREJO
Algodão	Em caroço	kg	452,00	Pluma 32/34	kg	2.133,00	-	-	-	-	46,95	53,05	-	53,03	
Banana	Prata	Uma	6,76	Prata	Uma	12,33	Prata	Uma	23,55	700,00	-	-	23,46	48,08	
Feijão	Macassar	kg	287,50	Macassar	kg	376,40	Macassar	kg	429,10	67,00	67,00	20,72	12,26	33,00	
Milho em grão	Saco	kg	91,80	Saco	kg	97,85	Saco	kg	114,35	80,28	80,28	5,29	14,43	19,72	
Tomate	Caixa	kg	72,38	Caixa	kg	135,07	Caixa	kg	200,88	36,03	36,03	31,21	32,76	63,97	

FONTE: CEPA/CE. Em Projeto Nordeste V.3.T.5. Comercialização e Abastecimento, 1984.

000050





QUADRO 18 - PREÇOS DE MERCADO E PREÇOS MÍNIMOS DE
GARANTIA DO ALGODÃO EM CAROÇO (NÍVEIS
CORRENTES E REAIS) NO CEARÁ
1974-84

(EM cr\$/15 kg)

ANO	PREÇOS DE MERCADO		PREÇOS MÍNIMOS	
	CORRENTES	REAIS (1)	CORRENTES	REAIS (1)
1974	38,70	14.271,10	33,34	12.294,60
1975	45,90	13.236,10	39,00	11.246,30
1976	117,90	24.070,60	52,50	10.718,50
1977	80,70	11.549,50	90,00	12.880,50
1978	128,85	13.295,30	113,10	11.670,20
1979	245,25	16.440,00	152,40	10.215,90
1980	583,95	19.549,30	268,50	8.988,80
1981	810,00	12.919,30	780,00	12.440,80
1982	1.275,00	10.405,10	1.409,85	11.505,60
1983	8.154,00	26.143,40	2.685,45	8.610,10
1984	11.520,00	11.520,00	9.924,30	9.924,30

FONTES: - 1974 a 1979: EMATERCE, citada em "Informações Básicas para o Planejamento". CEPA/CE, setembro/82.

1980 a 1984: EMATERCE, citada em "Análise Conjuntural da Agropecuária Cearense". CEPA/CE. 1980, 1981, 1982, 1983 e 1984.

CEPA/CE. Em Comportamento Conjuntural da Agropecuária Cearense, 1984.

(1) A preços de 1984, corrigidos pelo IGP-DI da FGV (Conjuntura Econômica).

600051



QUADRO 19 - PREÇOS DE MERCADO E PREÇOS MÍNIMOS DE FEIJÃO
(NÍVEIS CORRENTES E REAIS) NO CEARÁ

- 1974/84 -

(CR\$ 60/kg)

ANO	PREÇOS DE MERCADO		PREÇOS MÍNIMOS	
	CORRENTES	REAIS (1)	CORRENTES	REAIS (1)
1974	122,70	45.243,00	41,40	15.265,40
1975	125,80	36.274,30	58,20	16,781,90
1976	358,60	73,211,90	75,60	15.434,50
1977	289,80	41.475,30	130,00	18.605,20
1978	306,40	31.615,80	169,20	17.458,80
1979	779,20	52.233,70	240,00	16.088,10
1980	1.949,50	65.264,80	540,00	18.078,00
1981	4.800,00	76.558,60	1.764,00	28.135,30
1982	4.212,00	34.373,30	3.291,60	26.862,10
1983	11.457,00	36.773,40	6.665,53	21.371,00
1984	33.900,00	33.900,00	21.292,20	21.292,20

FONTES: 1974 a 1980 - EMATERCE, citada em "Informações Básicas para o Planejamento"
CEPA-CE, set./82.

1981 a 1984 - citada em "Análise Conjuntural da Agropecuária Cearense"
CEPA-CE, 1981-84

(1) A preços de 1984, corrigidos pelo IGP/DI (col.2) da Conjuntura Econômica - FGV



QUADRO 20 - PREÇOS DE MERCADO E PREÇOS MÍNIMOS DE MILHO
(NÍVEIS CORRENTES E REAIS) NO CEARÁ

- 1974/84 -

(CR\$/60 kg)

ANOS	PREÇOS DE MERCADO		PREÇOS MÍNIMOS	
	CORRENTES	REAIS (1)	CORRENTES	REAIS (1)
1974	44,00	16.224,00	33,00	12.168,00
1975	31,70	9.140,60	42,00	12.110,60
1976	86,60	17.680,30	54,00	11.024,60
1977	119,30	17.073,80	72,00	10.304,40
1978	177,20	18.284,30	88,20	9.100,90
1979	319,80	21.437,40	122,40	8.204,90
1980	610,30	20.431,40	225,40	7.545,80
1981	1.380,00	22.010,60	654,00	10.431,10
1982	2.082,00	16.990,80	1.412,40	11.526,30
1983	6.000,00	19.237,20	2.821,57	9.046,50
1984	13.020,00	13.020,00	11.417,40	11.417,40

FONTES: 1974 a 1980: EMATERCE, citada em "Informações Básicas para o Planejamento".
CEPA-CE, set./82

1981 a 1984: EMATERCE, citada em "Análise Conjuntural da Agropecuária Cearense".
CEPA-CE, 1981-1984.

CEPA-CE. Em Comportamento Conjuntural da Agropecuária Cearense, 1984.

(1) A preços de 1984, corrigidos pelo IGP-DI (col. 2) da Conjuntura Econômica - FGV.

000053



- o feijão apresentou, em anos recentes, uma tendência para o aviltamento de preços reais. Os melhores preços foram conquistados no triênio 1979/81 com pico acentuado em 1981, quando atingiu a 76 mil/saca de 60 Kg. Os preços mínimos foram sistematicamente inferiores aos preços de mercado, igualmente tendendo a uma redução de preços em anos recentes;
- o milho atingiu, em 1984, os menores preços de mercado ao longo do período analisado, à exceção do ano de 1975, quando atingiu uma marca inferior a CR\$ 10 mil/saca de 60 Kg. A oscilação de ano para ano não permite igualmente o estabelecimento de uma tendência de alta ou baixa. Os preços mínimos se situaram sempre em patamares inferiores ao mercado, exceto no ano de 1975 quando foi superior em 32%. A variação de ano para ano de preços mínimos influiu também negativamente para a produção, causando incertezas de garantia de preços aos produtores.



9 - AGENTES DE COMERCIALIZAÇÃO

000055



9. - AGENTES DE COMERCIALIZAÇÃO

O quadro 21 sintetiza a situação prevalescente na UEP (Unidade Espacial de Planejamento) do Baixo Jaguaribe e especificamente nos municípios de interesse do projeto, relacionada com armazenamento, abastecimento de insumos, associativismo, mercado do produtor, centros de abastecimento, mercado público, classificação, usinas e fábricas de beneficiamento de algodão.

Os serviços de apoio à comercialização no Estado do Ceará ocorrem através de órgãos públicos, tanto da esfera estadual como federal.

A CODAGRO - Companhia de Desenvolvimento Agropecuário, empresa de economia mista da órbita estadual, assume particular importância, atuando na comercialização de insumos e instrumentos agropecuários, distribuição de sementes, prestação de serviços de motomecanização e Compra antecipada da Produção - CAR.

Essa companhia dispõe de postos ou revenda em quase todos os municípios cearenses, utilizando ainda o sistema de Venda Volante através da sua frota.

A CEASA é uma empresa vinculada à COBAL e se acha localizada no Ceará no Distrito Industrial de Fortaleza, atuando na comercialização de produtos horti-fruti-granjeiros.

O SIMA - Serviço de Informação de Mercado Agrícola presta um excelente trabalho através da coleta de informações de preços dos principais produtos agropecuários, tanto ao nível do atacado como do varejo. Por falta de uma maior divulgação o serviço não atinge a uma grande parcela de produtores, sendo, contudo, um importante instrumento para os planejadores.

A COBAL vem interferindo no mercado através do abastecimento e comercialização de produtos básicos da dieta alimentar, sobressaindo-se os supermercados fixos e volantes, os hortomercados e a Rede Somar.

A Companhia de Financiamento da Produção executa a política de preços mínimos atuando através de Empréstimos do Governo Federal - EGF - e Aquisições do Governo Federal - AGF, não atingindo, contudo, intervenções satisfatórias, especialmente entre os pequenos produtores, seja pela falta de informações, seja pela carência de recursos, ou ainda, pela pequena penetração desses instrumentos no meio rural;

000056



DISCRIMINAÇÃO	UPP BALDO JAGUARIBE	RUSSAS	PALHANO	JAGUARUA'A
<u>ARMAZENAMENTO</u>				
CIBRAZEM (Unidades próprias)				
Nº de armazens	01	01	-	-
Capacidade (t)	3000	3000	-	-
Cooperativas				
Nº de armazens	01	-	-	-
Capacidade (t)	1636	-	-	-
SAAB				
Nº de armazens	06	-	01	-
Capacidade (t)	5040	-	720	-
Outros (Unidades alugadas)				
Nº de armazens	06	06	-	-
Capacidade	3198	3198	-	-
<u>ABASTECIMENTO DE INSUMOS</u>				
Unidade de beneficiamento de sementes				
Quantidade (Morada Nova)	01	-	-	-
Capacidade (t/h)	3,75	-	-	-
Postos de revenda				
Quantidade	08	-	-	-
<u>ASSOCIATIVISMO</u>				
Cooperativas agropecuárias				
Quantidade 1/	04	-	-	-
Nº de associados	3064	-	-	-
<u>MERCADO DO PRODUTOR</u>				
Quantidade (Morada Nova)	01	-	-	-
<u>CENTRAIS DE SERVIÇOS</u>				
Quantidade	01	-	-	-
<u>MERCADOS PÚBLICOS</u>				
Quantidade	11	01	01	01
<u>CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS</u>				
Vegetais				
Nº de postos	01	-	-	-
Nº de laboratórios	01	-	-	-
<u>BENEFICIAMENTO DE ALGODÃO</u>				
Nº de usinas	04	-	-	-
Capacidade instalada (t)	14284	-	-	-
Nº de fábricas óleo	02	-	-	-
Capacidade beneficiamento (t)	4600	-	-	-

000057

FONTE: CEPA-CE - Atualização do Diagnóstico Institucional e Pesquisa Direta.

1/ A Cooperativa Mista de Morada Nova abrange o município de Russas.



A CIBRAZEM mantém uma rede de armazéns disseminados pelo Estado, prestando serviços de armazenagem de produtos agrícolas. Esse serviço é executado ainda pela Secretaria de Agricultura, Cooperativas e usinas de beneficiamento, entre outras. Observa-se uma certa ociosidade na rede de armazéns, notadamente pelo fato da comercialização da produção ser efetuada predominantemente logo após a colheita.

Finalmente, pode ser citada a ação desenvolvida pelas Prefeituras Municipais, que atuam no abastecimento da produção urbana, através dos mercados públicos, feiras livres, centros de abastecimento e matadouros públicos.



10 - CONCLUSÕES

000059



10. - CONCLUSÕES

Do conjunto de informações extraídas dos aspectos de mercado e comercialização pode-se deduzir as seguintes principais conclusões sobre a área em estudo:

- a estimativa de um déficit no balanço oferta/demanda estadual em 1984 da ordem de 160 mil toneladas de milho e 9 mil toneladas de feijão;
- o algodão detém um mercado nacional e internacional estabilizado com níveis de preços semelhantes nas diversas regiões agrícolas;
- o excesso da produção de tomate e banana é facilmente comercializável, face às condições de penetração desses produtos em Estados vizinhos, historicamente prevaescentes;
- o consumo da produção caprina ainda é incipiente, verificada localmente, não se observando uma organização e maior agressividade no mercado consumidor;
- constatou-se a existência de uma atomizada estrutura de comercialização vigente;
- observou-se a extrema insuficiência de recursos dos pequenos produtores, acarretando;
- incapacidade de armazenar os produtos;
- venda da produção na época da safra ou mesmo antecipada, a preços aviltados;
- dependência do crédito dos comerciantes e/ou grandes proprietários;
- ocorre um elevado número de transações com o mesmo produto, as vezes retornando no período de entressafra a preços mais elevados;
- verifica-se uma sensível insuficiência de educação básica do pequeno produtor, impossibilitando o acesso aos serviços de apoio à comercialização;
- as deficientes condições de classificação, de transporte, de armazenamento, e de embalagem e pesagem no meio rural, são facilmente constatadas;

000060



- a significativa falta de informações sobre mercado e preços dos produtos é comum entre os produtores.

Para a obtenção de resultados concretos o planejamento deverá levar em conta esses aspectos, procurando-se sempre a melhoria dos níveis de vida do pequeno produtor rural.